

[LEI Nº 12.855 DE 02/09/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

[LEI Nº 12.856 DE 02/09/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

[LEI Nº 12.857 DE 02/09/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 625 DE 02/09/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.

[DECRETO Nº 8.089 DE 02/09/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Altera o Anexo II ao Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e remaneja cargos em comissão.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 100 DE 07/08/2013 - DOU 03/09/2013](#)

Altera a Resolução nº 89/2012, que dispõe sobre a regulamentação da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.

O DVD *Juris Plenum Ouro* é repositório autorizado de jurisprudência do STF, STJ e TST.

Ao escolher um acórdão para juntar à petição de Recurso Extraordinário, Especial ou de Revista (respectivamente), deve ser mencionado o nome da publicação com indicação do número, mês e ano.

Ministro do STF suspende decisão da Câmara que manteve mandato de Donadon

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a decisão da Câmara dos Deputados que manteve o mandato do deputado federal Natan Donadon (sem partido-RO), condenado a mais de 13 anos de prisão pelo Supremo por peculato e formação de quadrilha. O ministro decidiu pela suspensão até decisão final do plenário do STF. Ainda não foi definida a data de julgamento pelo plenário da Corte.

Na semana passada, o plenário da Câmara, em votação secreta, absolveu Donadon no processo de cassação de mandato. Foram 233 votos a favor do parecer do relator, Sergio Sveiter (PSD-RJ), 131 votos contra e 41 abstenções.

O ministro atendeu ao pedido de liminar feito pelo líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Carlos Sampaio (SP). Na última quinta-feira (29), o parlamentar contestou o procedimento adotado pela Mesa Diretora da Câmara para a votação da cassação do mandato. De acordo com Sampaio, após a condenação de Donadon, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deveria ter encaminhado a cassação diretamente para que a Mesa Diretora declarasse a perda do mandato automaticamente.

Após analisar o documento, o ministro Barroso concordou com os argumentos apresentados pelo deputado e decidiu suspender a decisão da Câmara dos Deputados que manteve o mandato de Donadon até decisão final do plenário do STF.

“A decisão política chancela a existência de um deputado presidiário, cumprindo pena de mais de 13 anos, em regime inicial fechado”, disse o ministro na decisão.

No despacho, Barroso argumentou que cabe ao Congresso a decisão final sobre a perda de mandato do parlamentar condenado em decisão transitada em julgado, sem a possibilidade de novos recursos. No entanto, o ministro alegou que a tese não pode ser aplicada ao caso de Donadon. “Esta regra geral, no entanto, não se aplica em caso de condenação em regime inicial fechado, por tempo superior ao prazo remanescente do mandato parlamentar. Em tal situação, a perda do mandato se dá automaticamente, por força da impossibilidade jurídica e física de seu exercício”, disse o ministro.

Para o ministro, a cassação do mandato de Donadon deveria ter sido aplicada de forma automática, pois o tempo da pena é maior que o período do mandato. “Vislumbro no pedido formulado, por considerar relevante e juridicamente plausível o fundamento de que, no caso em exame, a perda do mandato deveria decorrer automaticamente da condenação judicial, sendo o ato da Mesa da Câmara dos Deputados vinculado e declaratório. Assim entendo

porque o período de pena a ser cumprido em regime fechado excede o prazo remanescente do mandato”, argumentou.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

[Breves considerações sobre Direito Penal do inimigo](#)

Dra. Gisele Leite

[Índice de Doutrina/Comentário publicados](#)

STJ

[É possível imposição de multa diária a plano de saúde por negativa de tratamento](#)

[Primeira Seção admite tempo de serviço rural anterior à prova documental](#)

TSE e TREs

[TRE-PI - Tribunal desaprova contas do PT relativas a 2011](#)

[TRE-SC - Corte aumenta multa por realização de propaganda negativa em Capinzal](#)

[TRE-SC - Juiz cassa prefeito, vice e dois vereadores de Anita Garibaldi](#)

[TRE-SC - Pleno aprova as contas do PMDB de Campos Novos, e PTB e PCdoB](#)

[TRE-SC - Tribunal individualiza multa a prefeito e vice de São Francisco do Sul](#)

TST e TRTs

[TST - Banco pagará hora extra a gerente comercial enquadrada como gerente geral](#)

[TST - Fundação Educacional consegue reduzir multa por não recolhimento de FGTS](#)

[TST - Portadora de HIV não consegue provar que sofreu ofensa moral](#)

[TST - Tribunal suspende bloqueio de salários para pagar dívida trabalhista](#)

[TST - Turma reconhece competência da JT para julgar relação entre médicos e planos de saúde](#)

[TST - Turma reconhece impossibilidade de penhora de imóvel para pagar cozinheira](#)

[TRT1 - "Espião" do futebol brasileiro tem vínculo empregatício garantido](#)

[TRT1 - Empresa é condenada a indenizar trabalhador por perda da visão](#)

[TRT3 - Dupla pegada com intervalo superior a 2h sem previsão normativa gera direito a horas extras](#)

[TRT3 - Falta de pagamento de comissões por dois meses autoriza rescisão indireta](#)

[TRT3 - Suspensão da execução do devedor principal não impede prosseguimento contra subsidiário](#)

[TRT3 - Turma absolve empregada de pagar indenização por danos morais a ex-empregador](#)

[TRT3 - Banco que manteve gerente em ociosidade forçada após reintegração determinada pela Justiça é condenado por danos morais](#)

[TRT3 - Encerramento de contrato com empresa tomadora dos serviços não afasta direito de cipeiro a estabilidade](#)

[TRT4 - Zaffari deve readmitir empregado despedido após saber que ingressaria no serviço militar obrigatório](#)

[TRT5 - 29ª VT condena empresa em R\\$ 50 mil por lide simulada](#)

[TRT8 - Justiça do Trabalho dará autorização para participação de criança ou adolescente em gravações de comerciais de rádio e televisão](#)

[TRT10 - Supermercado Atacadão é condenado por assédio moral contra menor aprendiz](#)

[TRT15 - Cortador de cana acidentado no trabalho ganha indenização de R\\$ 10 mil](#)

TRFs

[TRF1 - "Mais Médicos": profissionais graduados no exterior que não atuam no país podem participar do programa](#)

[TRF1 - Coleta total de sangue pode ser feita também em unidades móveis particulares](#)

[TRF1 - Turma mantém em liberdade acusado de explorar ilegalmente minério de ouro em Mato Grosso](#)

[TRF4 - CPF duplicado gera direito à indenização do titular mais prejudicado](#)

Tribunais Estaduais

[TJAL - Tribunal suspende falência do grupo Laginha por 50 dias](#)

[TJAM - 1ª Câmara Criminal anula sentença que extinguiu processo de violência doméstica](#)

[TJAP - Condutor de motocicleta submetido à situação de humilhação receberá indenização](#)

[TJCE - Coelce deve pagar R\\$ 300 mil e pensão para família de vítima de choque elétrico](#)

[TJCE - Estado deve fornecer tratamento para paciente com câncer de mama](#)

[TJDFT - Turma nega indenização a motorista alcoolizado exibido em telejornal da Band](#)

[TJGO - Juiz absolve acusada de pirataria](#)

[TJGO - Juiz manda plano de saúde providenciar home care a vítima de AVC](#)

[TJGO - Paciente terá direito a medicamentos gratuitamente](#)

[TJGO - Tribunal mantém nulidade de processo do Ipasgo](#)

[TJMG - Justiça invalida reprovação de candidato em teste psicológico](#)

[TJMG - Veiculação indevida de imagem em portal de notícia gera indenização](#)

[TJMS - Acidente gera indenização de mais de R\\$ 59 mil a vítima](#)

[TJMS - Empresa é condenada por descontar cheque antes da data combinada](#)

[TJMS - Estado pode reter mercadorias em caso de não pagamento de ICMS](#)

[TJMS - Incêndio em fazenda vizinha gera indenização de mais de R\\$ 35 mil](#)

[TJMS - Justiça concede a menor direito de ingressar na universidade](#)

[TJMS - Policiais têm jornada de trabalho alterada para atender a população](#)

[TJMS - Supermercado indenizará cliente por vender carne estragada](#)

[TJRJ - Light terá de pagar R\\$ 8 mil a noivos que casaram no escuro](#)

[TJRJ - Tribunal aprova liberação de cargos para promoção e remoção](#)

[TJRN - Plano de saúde não pode transferir obrigações para o Estado](#)

[TJRN - Recebimento de denúncia não constitui ofensa à imagem](#)

[TJRS - Reconhecida a legitimidade da cobrança antecipada do diferencial de alíquota de ICMS](#)

[TJSC - Zelador de ginásio de escola tem pena de 96 anos por estupro contra alunos](#)

[TJSP - Casal condenado por roubar mochila no centro da cidade](#)

[TJSP - Hipermercado deve indenizar consumidoras por constrangimento em loja](#)

[TJSP - Legenda difamatória em foto gera indenização](#)

Demais Órgãos

[MPF/GO - Ministério Público Federal é a favor do Revalida no programa Mais Médicos](#)

[MPF/MG - Ação pede fim da cobrança de corretagem nos imóveis negociados pela Caixa](#)

[MPF/MG - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, não deve exigir experiência em concurso para cargos de assistente e auxiliar](#)

[MPF/PR - 14 policiais rodoviários federais são demitidos](#)

[MPF/RJ - Ministério Público Federal assina acordo com empresa Servatis para reparar danos ambientais](#)

[MPF/SP - BBom: Justiça decreta sequestro de 49 carros de luxo](#)

[MPF/SP - Justiça Federal mantém índios Guarani em suas terras em São Bernardo do Campo](#)

[MPF/SP - Ministério Público Federal obtém condenação de fazendeiro acusado de trabalho escravo](#)

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.